

Brasil terá de cortar seu déficit público se quiser fazer acordo com o FMI

MÔNICA MAGNAVITA



A cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) tem quatro normas básicas, aplicadas indistintamente a todos os países que fazem acordos com ele: tetos para o déficit público, para o déficit global da balança de pagamentos, para o crédito interno líquido e piso para a desvalorização cambial. De todas as metas estabelecidas com o FMI, em 1982, o Brasil só cumpriu o programa relativo ao setor externo. Hoje, se o País bater às portas do Fundo terá de mudar sua política monetária e, principalmente, cortar o déficit público que ameaça ultrapassar os 5% do PIB este ano. Ou seja, CZ\$ 55 bilhões, se o PIB for de CZ\$ 11 trilhões.

Como isso será feito, é o ponto em discussão. A receita do FMI para a cura de desequilíbrios da balança de pagamentos e da inflação é o controle da demanda agregada. O principal instrumento para administrar esses fatores é a política monetária, que mantém um equilíbrio entre a demanda de moeda e a demanda global de bens e serviços. Neste capítulo, entra o indicador mais importante para o Fundo Monetário, o Crédito Doméstico Líquido (conceito complicado que muito simplificado é a diferença entre a base monetária e as reservas internacionais líquidas).

A economista Maria Sílvia Bastos Marques, do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional, da Fundação Getúlio Vargas, elaborou um longo trabalho sobre o último acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário e enumerou os critérios de avaliação utilizados pelo FMI, comparando as metas previstas e os resultados obtidos.

Conter o déficit público pode significar aumento de impostos e cortes de investimentos do Governo que

tanto comprometem o crescimento futuro quanto deterioram os programas sociais. Um relatório do FMI de 1983 dizia que "o fator chave para se atingir os objetivos externos é a redução significativa do desequilíbrio financeiro do setor público".

Superávits no balanço de pagamentos lembram para muitos recessão e trazem de volta o debate sobre a relação entre políticas de exportação, desaceleração da economia e desemprego, o que acaba esvaziando o movimento sindical e, conseqüentemente, comprime os salários. Uma política monetária restritiva leva a juros altos e poucos investimentos.

O último acordo que o Brasil fez com o Fundo foi em 1983 e se os objetivos externos foram um sucesso, superando as projeções, as políticas internas fracassaram completamente. Em 1983, as Necessidades de Financiamento do Setor Público (que mede o déficit) foram estimadas, pelo acordo com o FMI, em 8,8% do PIB. Mesmo depois das sete Cartas de Intenções assinadas entre o País e o Fundo, o déficit chegou a 18,6%. A inflação embutida para estes cálculos foi, inicialmente, de 70%, mas na realidade ela bateu nos 211% em 1983.

De acordo com o estudo de Maria Sílvia, o saldo global para o balanço de pagamentos previsto para 1984 era de US\$ 1 bilhão e superando as melhores expectativas chegou a nada menos que US\$ 7 bilhões. Para a balança comercial os resultados também foram positivos: a previsão era de US\$ 8 bilhões em 1984, mas o superávit foi de US\$ 13 bi-

lhões.

A primeira fase de negociações com a equipe do Fundo durou apenas 18 dias e resultou na Carta de Intenções e no Memorando Técnico assinado em 6 de janeiro de 1983. Isso, lembra Maria Sílvia, depois de o Governo ter garantido que não iria ao Fundo Monetário e ter ganho as eleições em novembro. Acontece que, antes mesmo de os documentos serem examinados pelo board do Fundo, houve uma maxidesvalorização de 30% do cruzeiro que inviabilizou as metas da primeira versão do acordo.

Assim, "apenas seis dias depois, o Governo enviou ao FMI um adendo à carta de intenções" alterando alguns critérios em função dessa variação cambial e do seu provável impacto na inflação, relata o trabalho. A partir daí começaram as continuas revisões dos programas que resultaram em sete Cartas de Intenções em dois anos. Tradicionalmente, o FMI faz uma carta de intenções para cada ano, mas não foi essa a única exceção que ele abriu para o País, lembra Sílvia. Da segunda carta em diante os prazos ficaram mais curtos, variando de três a seis meses à frente. Mesmo assim, o Fundo aprovou dois pedidos de **waiver** (perdão) do Brasil e suspendeu por duas vezes o programa.

Mas por que o Brasil teve que fazer sete cartas de intenções e, principalmente, por que não cumpriu nenhuma delas? Um dos problemas centrais dos programas acertados com o Fundo, explica Maria Sílvia, tem sido a sistemática subestimativa da inflação nos cálculos brasileiros. Os critérios de desempenho têm sido freqüentemente fixados com base em previsões irrealistas de inflação, o que dificulta ou mesmo impossibilita o seu cumprimento. Outro problema, conclui, consiste em indicadores inadequados do FMI, tendo em vista o amplo sistema de indexação da economia nacional.